



1. Memória, história e patrimônio cultural da saúde

uma história possível

Gisele Sanglard Renato da Gama-Rosa Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANGLARD, G., and COSTA, R.G.R. Memória, história e patrimônio cultural da saúde: uma história possível. In: PORTO, Â., SANGLARD, G., FONSECA, M.R.F., and COSTA, R.G.R., orgs. *História da saúde no Rio de Janeiro*: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 18-28. ISBN: 978-85-7541-599-3. Available from: doi: 10.7476/9788575415993.0003. Also available in ePUB from: http://books.scielo.org/id/7f83x/epub/porto-9788575415993.epub.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a <u>Creative Commons Attribution</u> 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença <u>Creative Commons</u> <u>Atribição 4.0</u>.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia <u>Creative</u> <u>Commons Reconocimento 4.0</u>.

1

Memória, História e Patrimônio Cultural da Saúde: uma história possível

Gisele Sanglard Renato da Gama-Rosa Costa A última década marcou um crescimento expressivo dos estudos voltados para a história da saúde, que acrescentou novos objetos e novas abordagens, como, por exemplo, o estudo dos hospitais e da arquitetura para a saúde. Na Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), pesquisadores têm empreendido esforços para aprofundar estudos que buscam relacionar aspectos históricos com a identificação e valorização do patrimônio da saúde no Rio de Janeiro.

Pretendemos aqui evidenciar o patrimônio arquitetônico das instituições de saúde ao qual, embora integre o nosso cotidiano, não foi ainda conferido o devido reconhecimento, ou os edifícios que, por terem tido seu uso inicial alterado, perderam sua identidade e função. Assim, serão contempladas diversas categorias representativas do patrimônio da saúde no Rio de Janeiro.

O recorte cronológico que propomos leva em consideração dois marcos importantes para a história da saúde no Brasil. O primeiro é o ano de 1808, que remete à chegada da família real portuguesa e ao contexto de transformações que a esse momento se sucederam. Com a chegada da Corte, o Brasil tornouse centro administrativo do Reino e aqui se implementaram importantes medidas administrativas, econômicas e culturais, de impacto sobre o desenvolvimento da medicina no país, como a criação das primeiras instituições de ensino médico-cirúrgico, estabelecidas nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. A Escola de Cirurgia, em Salvador, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, criadas em 1808, destinavam-se à formação de quadros profissionais para os serviços públicos imperativos naquele momento.

O período final, a década de 1950, por sua vez, representou também um marco em termos do desenvolvimento institucional nos campos da medicina e da saúde pública no Brasil, bem como na capital da República: no campo da saúde com a criação, em 1953, do Ministério da Saúde – um pleito acalentado pelos médicos desde o início daquele século; no campo político, com a mudança, em 1960, da capital para Brasília, que traria mudanças para a cidade do Rio de Janeiro. Esse momento caracterizase pela consolidação da tipologia do bloco único de grande verticalidade na arquitetura hospitalar, e por ser aquele em que um profissional, o arquiteto, passa a assumir inteiramente o projeto de um hospital. Até os anos 40, os médicos ainda detinham controle considerável sobre o projeto e eram ainda os engenheiros, às vezes os engenheiros sanitários, os responsáveis pelos projetos. Com a arquitetura moderna, o arquiteto passa a utilizar o programa hospitalar como forma de exercitar ao máximo sua capacidade de articulação de usos complexos de conhecimento científico em uma construção civil.

Os Lugares da Memória, da História e do Patrimônio

História, memória e patrimônio são conceitos aparentemente distantes, mas intimamente interligados. Desde a publicação da obra coordenada pelo historiador francês Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire* [Lugares de Memória] (1984), os estudos envolvendo memória e história passaram a conquistar historiadores por todo o mundo e, sobretudo, na França. A esse trabalho seguiram-se diversos outros em que se procura pensar a relação entre esses conceitos e aplicá-los em estudos de caso, muitos dos quais dedicados a refletir sobre a história da França e sobre a memória dos judeus sobreviventes da Shoah (Joutard, 1993; Todorov, 1995; Ricœur, 2000; Yates, 1975; Detienne, 1988; Bosi, 1987; Lowenthal, 1988; Rossi, 1991).

O trabalho de Pierre Nora não foi, entretanto, pioneiro. Entre os clássicos devem ser citadas as obras de Henri Bergson (1990) e de Maurice Halbwachs (1990) – publicados pela primeira vez, respectivamente, em 1896 e no primeiro quartel do século XX. E entre os anos de 1977 e 1982, o também historiador Jacques Le Goff, parceiro de Nora na coleção Faire de l'Histoire, publicou uma série de artigos na *Enciclopédia Einaudi*, reunidos pouco tempo depois, em 1986, em uma obra intitulada *Histoire et Mémoire*. Entre os artigos escritos por Le Goff vale ressaltar "História", "Memória" e "Documento/Monumento" – em que a memória é entendida como um conceito crucial, por constituir um reservatório vivo da história, apesar de sua mobilidade, e rico em arquivos e em documentos/monumentos, além de ser considerada como "eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico". Documentos e monumentos são dois tipos de materiais aplicados à memória coletiva e ao que Le Goff chamou de "sua forma científica", a história. O documento é produto da sociedade que o fabricou, e somente a análise "do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente" (Le Goff, 1992: 475, 535, 545). Assim, todo documento é um monumento, e todo monumento é um documento passível de análise pelo historiador.

No Brasil, ainda na década de 1980, podemos citar a publicação do nº 87 (Memória e História), de 1986, da revista *Tempo Brasileiro*, do Colégio do Brasil, e do nº 3 da revista *Estudos Históricos* (1989/1), publicada pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getulio Vargas (Cpdoc/FGV), dedicada ao tema da memória, que trouxe textos do sociólogo Michel Pollack ("Memória e esquecimento"), do antropólogo Hugo Lovissolo ("Memória e formação dos homens") e da historiadora Myriam Moraes Lins de Barros ("Memória e família"), o que evidencia a importância desta discussão no meio acadêmico brasileiro. Vale chamar a atenção para os trabalhos do historiador Ulpiano Bezerra de Menezes (1999) sobre memória, história e patrimônio, e sua preocupação com o valor que se atribui ao patrimônio. Para ele, "a orientação e eficácia do trabalho com o patrimônio cultural dependem, visceralmente, de nosso projeto de sociedade, do tipo de relações que desejamos instaurar entre os homens" (1992: 194).

Pierre Nora (1984) chama atenção para o fato de que os conceitos de memória e história são opostos. A memória – a deusa Mnemosine –, feita de partes iguais de lembrança e esquecimento, é viva, está em constante mutação e é suscetível a manipulações; já a história – a musa Clio, filha de Mnemosine – é a reconstrução imperfeita daquilo que não existe mais. Ou dito de outra forma: a memória está enraizada no concreto, no tangível – em um espaço determinado, em um gesto ou em um objeto, no absoluto –, enquanto que a história está ligada às continuidades temporais, na evolução e na relação entre as coisas, trabalhando na relativização (Nora, 1984: XIX). E Le Goff ressalta que o 'tempo', categoria fundamental para os estudos históricos, inscreve a memória na história. Memória é também, e, sobretudo, "um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje" (Le Goff, 1992: 476).

Portanto, falar em memória é falar em identidade de grupo, e os 'lugares de memória' seriam os espaços onde esta se cristaliza e se refugia. Podem ser arquivos, estátuas, cemitérios, dicionários e qualquer outro lugar. A necessidade de recorrer a esses 'lugares' se dá por não existirem mais os 'meios' pelos quais a memória é transmitida, a tradição oral. Para Walter Benjamin (1993), o fim do narrador como figurachave na transmissão da memória decorre da perda da experiência coletiva e do advento da individualidade, típica de seu tempo. Pierre Nora (1997) ressalta que, no caso particular da França, o culto à memória está vinculado ao processo de unificação da Europa, e tal movimento seria, então, entendido como reflexo da crise de identidade pela qual a França passou no fim do século passado. A destruição das identidades tradicionais, acrescida da necessidade de uma identidade coletiva, foi, em parte, um dos responsáveis pelo culto à memória. Todorov (1995) acrescenta que somente ao se constituir um passado comum é que se poderá conseguir o reconhecimento do grupo.

Uma das conseqüências desse movimento é a febre de comemorações: as datas nacionais, as grandes efemérides, ou mesmo eventos que interliguem um grupo menor. As próprias celebrações se transformaram em objeto de análise, em 'lugares de memória', como forma de controle do fenômeno, mas que acabou sendo absorvido pela "bulimia comemorativa", como Paul Ricœur (2000) definiu a febre das comemorações que varreu primeiro a França, mas depois atingiu outros países.

Essa febre abriu caminho para um outro fenômeno, totalmente vinculado ao culto à memória: a promoção do patrimônio e sua cristalização no 'monumento histórico'. Por patrimônio entendemos o conjunto de lendas, memórias, a língua e mesmo particularidades vitais da natureza, ou seja, certas condições fundamentais da existência nacional (Chastel, 1997), que pressupõem sempre a noção de continuidade e uma função de alimentação da identidade cultural (Menezes, 2006). Os monumentos, por sua vez, podem ser divididos em três classes distintas: intencionais, por terem sido criados visando à comemoração de um momento específico; históricos, aos quais foi atribuído este valor, por questões subjetivas; e antigos, aqueles que sobreviveram à ação do tempo. É justamente essa atribuição do valor histórico a uma categoria artística, sobretudo quando ligada aos interesses nacionais e patrióticos, que protege o monumento. Ou, como diz Dominique Poulot (1997) citando A. Riegl, a proteção só se efetiva quando toda a população considera as obras de seus antepassados como parte de sua própria atividade criativa. Assim, patrimônio se situa entre a memória e a história (Le Goff, 1997), e

a memória deu ao patrimônio seu sopro, sua dinâmica e seu *élan*. Mas seu trabalho emancipador está terminado. A problemática do patrimônio está agora solidamente instalada no coração das sociedades

contemporâneas. Seu ritmo de crescimento, seu enraizamento na longa duração, suas justificativas profundas e *seu futuro*, *é no entanto a história*, *e somente a história*, que pode e deve lhe dar: pela escolha que ela dita, pelas hierarquias que ela sugere ou impõe, pela escala de valores que ela comporta, pela disciplina que ela representa. (Nora, 1997: 397, grifo nosso, tradução livre)

Cabe à história estudá-lo e assim possibilitar seu conhecimento, no tempo. Os conceitos de história, memória e patrimônio estão umbilicalmente interligados, diríamos mesmo que são indissociáveis. É por meio dos estudos históricos que poderá haver uma consciência sobre a importância do patrimônio e em seguida uma ação de preservação – é somente por meio do conhecimento que pode ser construída a sua defesa. Assim, o patrimônio deve ser objeto de um saber, que ele deve suscitar. Para Jacques Le Goff (1997), é um dever transformar o patrimônio em objeto de saber, e para Ulpiano Bezerra de Menezes, "os testemunhos de diversa natureza sobre *tempos passados* devem ser considerados suportes de informação sobre a mudança, seus processos, seu alcance. Por isso devemos não só considerá-los enquanto produtos, mas investigar também os contextos de produção e consumo" (Menezes, 2006: 186).

A França se torna, nesse aspecto, um exemplo no que tange às ações e às políticas de preservação do patrimônio nacional – seja ele arquitetônico, museológico, artístico ou arquivístico. Não à toa, museus, arquivos, bibliotecas, medalhas, moedas, cemitérios, cenotáfios, festas nacionais, monumentos históricos, símbolos nacionais são considerados como 'lugares de memória' para os franceses. O patrimônio da saúde também entra no rol desses 'lugares' especiais: o Hôtel-Dieu de Beaune (Bourgogne), transformado em museu que recria o cenário do final do século XV, quando foi construído; o Musée de l'Assistance Publique-Hôpitaux de Paris, que guarda um grande acervo museográfico, formado a partir do patrimônio dos hospitais parisienses;² ou os Archives de l'Assistance Publique-Hôpitaux de Paris.³

No campo da preservação de bens imóveis, vale chamar atenção para o movimento de salvaguarda dos sanatórios franceses, construídos no entre-guerras para o combate à tuberculose. A inserção desses edifícios no rol de monumentos esbarra em dificuldades que envolvem a memória coletiva de diversos atores, na medida em que a tuberculose foi o grande flagelo da sociedade francesa da virada do século XIX para o século XX, tendo perdurado até o final da 1ª Grande Guerra. Esses edifícios se tornaram, para grande parte das famílias francesas, um emblema de uma época passada, ainda muito vívida, na qual um parente ou um amigo era internado em um sistema de quase concentração, no espaço da morte. No imaginário médico, a eles subjaz a idéia de uma ilusão, ou de um fracasso terapêutico, na medida em que esses 'hotéis-hospitais' não levavam à cura total, só alcançada com a descoberta dos antibióticos. Para aqueles que querem aproveitar suas instalações, dando-lhes outro uso, esses sanatórios, construídos para isolamento e em grandes proporções, apresentam dificuldade de inserção na dinâmica econômica da cidade, o que se revela um entrave para investimentos do setor público e privado (Cremnitzer, 2005). Transformar essa lembrança negativa, ou ao menos incômoda, em fato positivo, permitindo que esses edifícios se tornem 'lugares de memória' da medicina e da saúde, é um movimento que arquitetos, médicos e estudiosos do patrimônio têm levado a cabo na França.

A Questão do Patrimônio na América Latina e no Brasil

Segundo Françoise Choay (2001), a noção de monumento histórico e as práticas de conservação estiveram restritas à Europa até finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. As conferências

internacionais para a Conservação dos Monumentos Históricos, realizada em Atenas em 1931 e em Veneza em 1964, embora contassem com a participação maciça de europeus, segundo observou Choay, certamente foram importantes para difundir os conceitos nelas discutidos pelo restante do mundo. Para Funari e Pelegrini (2006), a ênfase no patrimônio nacional observada em âmbito mundial se deu entre as duas grandes guerras, devido às perdas ocasionadas pelos conflitos, refletindo-se no resto do mundo. No caso brasileiro, outros fatores foram considerados, como veremos mais adiante.

A construção do patrimônio e das ações de preservação mundial atuaria em três frentes: no entendimento quanto ao seu valor como monumento e símbolo, na compreensão do que considerar patrimônio e na criação de organismos e instituições que tenham a preservação como missão. Na base dessas ações estão a discussão e a escolha do que pode ser considerado patrimônio e sobre como atuar para a sua preservação e salvaguarda para as gerações futuras.

A realização do sétimo encontro dos Entretiens du Patrimoine – seminário organizado pela Diretoria do Patrimônio da França – em 1998, em comemoração aos 30 anos da publicação do Inventário Nacional do Patrimônio daquele país, confirma a pertinência dessas discussões ainda nos dias de hoje. O seminário, que recebeu o subtítulo "Ciência e consciência do patrimônio", contou com a presença de historiadores, geógrafos, arquitetos, conservadores, entre outros profissionais engajados na discussão sobre o patrimônio, além de políticos. A direção dos trabalhos, a cargo de Pierre Nora, também evidencia a estreita ligação entre a história e o patrimônio ou, como afirmou Maurice Agulhon (1997), para justificar sua presença no seminário: todo objeto datado está em relação com o tempo e tudo o que tem relação com o tempo é de interesse do historiador. Logo, objetos de arte e afins são de interesse do historiador.

A noção de patrimônio, longamente construída na Europa desde a Revolução Francesa, instaurou-se no Brasil vinculada às ações do Estado Novo e ao moderno conceito de patrimônio, segundo o qual este deveria ser entendido "não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas [naquele] de todo um povo, com uma única língua, origem e território" (Funari & Pelegrini, 2006: 17). Essa afirmação, direcionada pelos autores ao exemplo italiano, pode muito bem se inserir no contexto do primeiro governo Vargas (1930-1945) e sua política de formação do Estado brasileiro, associada à construção de uma identidade nacional. Essa temática estava presente no Brasil desde a década de 1920, envolvendo as artes e a constituição de uma estética nacional calcada na releitura das origens coloniais. Nos anos 30, essa identidade nacional ganharia contornos mais nítidos, em busca de uma estética que olhasse para frente, ao mesmo tempo que tentava manter um diálogo com o passado.

Ao falarmos em identidade e nacionalidade, estamos trabalhando com noções e conceitos construídos ao longo dos tempos e que no Brasil assumiram características contraditórias no debate sobre origem, passado, tradição e futuro. Quando se fala de patrimônio brasileiro, é preciso estar consciente de que este não se constituiu naturalmente, ou seja, foi construído, pactuado e compartilhado por instituições, intelectuais e técnicos participantes dos debates em torno da 'memória nacional'. Somente na década de 1930 é que a questão da memória foi tomando corpo no Brasil. Maria Cecília Londres Fonseca (2005) indica o ano de 1934 como marco inicial desse processo. Foi quando se definiu, constitucionalmente, como competência da União e dos estados a proteção das belezas naturais e dos monumentos de valor histórico ou artístico. Não por acaso, nesse mesmo ano a cidade colonial de Ouro Preto (MG) foi declarada monumento nacional.

A autora sublinha duas peculiaridades na constituição, no Brasil, de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Primeiro, enquanto os países europeus contemplavam tipos de bens isolados, no Brasil se atuava de forma mais "abrangente e articulada", propondo-se "uma única instituição para proteger todo o universo de bens culturais" (Fonseca, 2005: 97). Em segundo lugar, o engajamento de intelectuais no projeto indicava uma postura claramente mais inovadora, sobretudo no uso do conceito de monumento histórico e no processo de escolha dos objetos do passado a serem objeto de salvaguarda, conforme indicação da Carta de Atenas, de 1933.⁴

O Ministério da Educação e Saúde, constituído em 1934, tomaria para si a tarefa de criar esse órgão, implementando o Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (Sphan) e vinculando-o a uma compreensão maior sobre patrimônio e memória, agregando-os à noção de arte e cultura. Uma cultura que se expressava como síntese das três frentes de atuação do ministério: educação popular, saúde pública e assistência social. Para Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (1934-1945), essas ações teriam uma única finalidade, a formação da "cultura do homem brasileiro" (Amora, 2006: 17).

A noção de cultura acabaria por prevalecer, e o Sphan passaria, nos anos 1980, a responder administrativamente ao Ministério da Cultura. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, entre o fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980, o ministério optou por priorizar não apenas as necessidades culturais dos grupos excluídos dos benefícios da política cultural implementada até então, mas igualmente suas necessidades econômicas e sociais. Mais que isso: "era preciso que essas comunidades passassem a participar do processo de construção e de gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do patrimônio cultural" (Fonseca, 2005: 158).

De fato, como atributo essencial do exercício da cidadania e da responsabilidade do Estado, aquela década assistiu a iniciativas em prol da recuperação da memória, da valorização e do direito à informação. Mais especificamente no Brasil, a "febre da memória" a que se referem as reflexões propostas pelo grupo de Nora e Le Goff atingia os arquivos e a documentação histórica. Estes, de certo modo, beneficiaram-se de tal febre, que não apenas entrava em cena como tema de estudo entre especialistas, mas se revelava – naquele contexto – como suporte dos processos de construção da identidade nacional, de reivindicações de grupos e da expressão de anseios de segmentos sociais diversos que retornavam com vigor às arenas do processo político. Situação semelhante podemos identificar em outros países da região das Américas, em um contexto de recuperação, consolidação e ampliação das condições de livre expressão e de participação social.

O documento apresentado pelo grupo de trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde, reunido durante a 4ª Reunião de Coordenação Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde (Crics), realizado em 2005 em Salvador, que pode ser entendido como um marco na discussão sobre história, memória e patrimônio da saúde no Brasil, considerou "o Patrimônio Cultural da Saúde como um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural". 5 Ao trabalharmos com o patrimônio cultural da saúde, estaremos em primeiro lugar definindo um conceito abrangente e que permite acompanhar as transformações pelas quais a saúde passou desde o início da colonização portuguesa. A saúde não é um dado, mas uma construção histórico-social cujas definições, significados culturais e arranjos políticos são variáveis no

tempo. Essa diversidade é o que se pretende identificar e inventariar. Assim, estamos inscrevendo este trabalho na fórmula proposta por Pierre Nora e Jacques Le Goff, segundo a qual o patrimônio está localizado entre a memória e a história e cabe a esta última analisá-lo.

Ensaios de salvaguarda do patrimônio da saúde vêm surgindo no plano internacional nos últimos anos, ligados diretamente ao valor simbólico a ele conferido pelas comunidades nas quais está inserido. Exemplos na Holanda, na Índia, Inglaterra e França⁶ se somam ao caso da experiência pioneira do Chile. Originada na mobilização da população e de seus funcionários contra a demolição do antigo Hospital San Jose, essa experiência possibilitou seu tombamento pelo Ministério de Educação chileno e, mais que isso, ensejou a criação da Unidade de Patrimônio Cultural da Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, o que serviu de inspiração para a constituição da rede latino-americana na qual nos inscrevemos desde 2005.

Esse movimento é concomitante com uma nova leitura que a historiografia ibero-americano faz dos 'hospitais', que vão deixando de ser estudados apenas como espaço da prática médica, para serem problematizados na análise histórica – inseridos no contexto da história da saúde e na história social. O espaço que o estudo dos hospitais vem ocupando pode ser dimensionado nos congressos acadêmicos, como as Jornadas Peruanas de Historia de la Ciencia, la Tecnología y la Salud – Medicina Social e Inclusión Social en Perspectiva Histórica, ocorrido em setembro de 2007, em Lima, Peru. Nesse seminário houve uma mesa dedicada ao tema "Hospitales en perspectiva histórica", que contou com a participação do peruano Antonio Coello, do norte-americano Brian Bauer, que apresentaram a comunicação "Evidencias arqueológicas del Hospital de San Andrés", e da mexicana María Rosa Gudiño, que apresentou "Hospitales y pintura mural: salud y modernización en México, 1944-1958".

Na Europa, em seminários como Bispos, Cabidos e Assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII), realizado pela Universidade de Évora, Portugal, o qual resultou em um livro organizado por Laurinda Abreu (2004), procura-se refletir sobre o papel do hospital naquelas sociedades. Nesse seminário, em específico, os temas da assistência, da Igreja e do poder secular foram debatidos por historiadores brasileiros, portugueses e espanhóis – com ênfase na ação das Misericórdias e na ligação dos hospitais com a Igreja no período moderno, entre outros temas correlatos. O mesmo pode ser dito da sessão temática "Assistência e caridade como estratégias de intervenção social: Igreja, Estado e comunidade (Península Ibérica, séculos XV-XX)", realizada no XXV Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, em 2005, também em Évora. Desse segundo evento resultou o livro, organizado por Laurinda Abreu (2007), homônimo da sessão temática que o originou. Contando com a participação de historiadores portugueses e espanhóis, o livro permite traçar um panorama do hospital na Península Ibérica, na longa duração.

A abertura de museus dedicados à saúde, dentro de universidades e de hospitais, em diversos países da América Latina – fortemente marcados pela diversidade cultural –, parece indicar uma direção que nos faz reviver a 'febre da memória' da década de 1980, só que desta vez incluindo o patrimônio da saúde, criando espaços de reflexão, de difusão e de ensino. Os casos mais notáveis são os da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Córdoba e dos museus dedicados a hospitais na Argentina, como o Museu Histórico Hospital B. Rivadavia, que promove encontros sobre o patrimônio cultural dos hospitais, em parceria com a Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural do Ministério da Cultura argentino.⁷

No Brasil, ainda são tímidos os estudos baseados na historicidade dos hospitais, bem como as ações de preservação das edificações ligadas a tais temáticas, como as de algumas Santas Casas de Misericórdia. Podemos citar o pioneirismo do Museu Emílio Ribas, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, instalado onde funcionou o antigo Desinfectório do Estado, ou mesmo o Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, instalado nas dependências da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre, inaugurado em 2007, em parceria com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Um caso notável é o da Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, na qual um conjunto de prédios construídos no início do século XX para laboratórios de pesquisa, ensino e produção em saúde foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e desde então recebe investimentos contínuos para a sua preservação. Todavia, não há nenhum instrumento organizado, com informações sistematizadas, que permita tanto ao estudioso quanto ao leigo recuperar a história da saúde no país por meio de seus monumentos.

Nosso objetivo ao dar continuidade a estas discussões é contribuir para as ações de preservação dos organismos responsáveis nos três níveis de atuação – federal, estadual e municipal. Que as informações obtidas subsidiem novos processos de inscrição em livros de tombos, incrementando os (poucos) objetos de saúde já registrados, e que estes possam ser valorizados sob uma ótica cultural mais abrangente, que os associe à história da saúde e de suas instituições e acervos.

Finalmente, pretendemos revelar os profissionais que atuaram nos projetos arquitetônicos, entre arquitetos, engenheiros e construtores, numa tentativa de recuperar a memória de sua atuação, muitas das vezes esquecida pela historiografia da arquitetura brasileira. Insistimos que tal historiografia não tem privilegiado a investigação sobre os programas hospitalares, e quando o faz procura se concentrar na atuação individual dos profissionais mais renomados, negligenciando, a partir de um certo momento, a estrutura político-administrativa que permitiu a construção em massa de edifícios públicos por todo o Brasil, sobretudo depois dos anos 1930 e especialmente durante o primeiro governo Vargas.

Queremos tornar pública essa valiosa fonte de informação para a história da saúde e das ciências biomédicas no Brasil, a qual, agregada à identificação de seus acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, poderá criar novas possibilidades de investigação e de geração de conhecimento.

O acervo recebido dos antepassados ajuda a conhecer a nossa história e evidencia os valores que caracterizam o grupo ao qual pertencemos. O desaparecimento dos referenciais mais significativos de um grupo ou de um espaço, tais como marcos arquitetônicos, paisagens e manifestações culturais, faz com que o indivíduo perca a identificação com o meio onde habita e com a sua própria história.

Notas

¹ A organização do fórum internacional Mémoire et Histoire ocorrido em maio de 1998, na Unesco e na Sorbonne, é outro exemplo de como o tema das relações entre memória e história passou a ser crucial para a historiografia. E como disse Elie Wiesel no prefácio da publicação do evento, "Lembrar é permitir ao homem afirmar que o tempo deixou traços e cicatrizes na superfície da história, que todos os acontecimentos são interligados uns aos outros, como os seres. Sem a memória, nada é possível, nada pode ser empreendido" (*Pourquoi se Souvenir*?, 1999: 10-11, tradução livre). O fórum foi organizado pela Académie Universelle de Culture, criada por Elie Wiesel em 1992, em Paris, com o objetivo de promover reflexões sobre o século XXI.

² Entre esses objetos pode-se citar a veste sacerdotal de São Vicente de Paulo, a roda dos expostos, a coleção de mamadeiras, os potes da farmácia.

- ³ A instituição guarda os arquivos administrativos dos hospitais e da própria Assistance Publique, desde o século XIII (registros de entrada e saída, nascimento e morte etc.); arquivos médicos (prontuários etc.); iconográficos (fotografias, plantas, pranchas anatômicas etc.) e biblioteca contendo livros desde o século XVI e periódicos.
- ⁴ Na Carta de Atenas, afirma-se que os testemunhos do passado devem passar por uma seleção "Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado" –, o que justificava em grande medida a participação dos intelectuais (Carta de Atenas, 1933: 25-26).
- ⁵ História e Patrimônio Cultural da Saúde. Termo de constituição da Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, 2005: 4-6. Esse documento foi originalmente elaborado e apresentado como termo de referência pelo Ministério da Saúde do Brasil/ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Ministério da Saúde do Chile/Unidade do Patrimônio Cultural da Saúde, para orientar as discussões do grupo de trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde, que se reuniu no evento citado. O texto foi publicado em espanhol para os Anais Chilenos de Historia da Medicina, 16: 237-242, 2006, como "Historia y patrimonio cultural de salud: propuesta para la creación de uma biblioteca virtual latinoamericana".
- ⁶ A França, que já conta com um grande inventário de seus espaços de cura, vem sublinhando a dificuldade de se agregar valor patrimonial aos sanatórios construídos no entre-guerras. Uma das ações pontuais, desencadeada por arquitetos e historiadores da arte, seria reparar a ausência desses edifícios das listas de obras de arte do movimento moderno e, assim, iniciar um processo de recuperação e valorização desse acervo (Cremnitzer, 2005). Na Índia, também se luta para se preservar o último sanatório do tipo solário remanescente no mundo. Na Inglaterra, o sanatório para tuberculosos de Sully Glamorgan está sendo restaurado para uso residencial, com vistas à sua recuperação. Finalmente, vale recordar que, na Holanda, a eminência da destruição do sanatório de Zonnestraal ensejou a criação do Docomomo (International Comitte for Documentation and Conservation of Sites, Buildings and Neighbourhood of Modern Mouvement) em 1988, e chamou a atenção mundial para o quanto as edificações associadas ao movimento moderno em geral vêm sofrendo com a desvalorização e com os efeitos da ação do tempo, da decadência e de usos impróprios.
- ⁷ No segundo evento, realizado em maio de 2007, o Brasil esteve representado pelas ações realizadas pela COC/Fiocruz.

Referências

- ABREU, L. (Ed.) *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Évora: Edições Colibri, Cidehus/Universidade de Évora, 2004.
- ABREU, L. (Ed.) *Asistencia y Caridad como Estrategias de Invervención Social: Iglesia, Estado y comunidad (s. XV-XX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007.
- AGULHON, M. L'historien et la rencontre de l'objet: l'exemple de la République en sculpture. In: NORA, P. *Science et Conscience du Patrimoine: actes des Entretiens du Patrimoine*. Paris: Fayard, Éditions du Patrimoine, 1997.
- AMORA, A. *O Nacional e o Moderno: arquitetura e saúde no Estado Novo nas cidades* catarinenses, 2006. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ).
- BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BERGSON, H. Memória e Matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOSI, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1987.
- CHASTEL, A. La notion de patrimoine. In: NORA, P. Les Lieux de Mémoire. 3 v. La République, La Nation, Les Frances. Paris: Quarto, Gallimard, 1997.
- CREMNITZER, J-B. Architecture et Santé: les temps du sanatorium en France et Europe. Paris: Éditions A. et J. Picard, 2005.
- CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, Editora da Unesp, 2001.
- DETIENNE, M. Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Iphan, 2005.

FUNARI, P. & PELEGRINI, S. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

História e Patrimônio Cultural da Saúde. Termo de constituição da Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde. Termo de Referência. Ministério da Saúde do Brasil/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Ministério da Saúde do Chile/Unidade do Patrimônio Cultural da Saúde.

Historia y patrimonio cultural de salud: propuesta para la creación de uma biblioteca virtual latinoamericana. *Anais Chilenos de Historia da Medicina*, 16: 237-242, 2006.

JOUTARD, P. Mémoire, une passion française: l'histoire. In: BURGUIÈRE, A. & REVEL, J. *Histoire de la France: choix culturels et mémoire*. Paris: Seuil, 1993.

LE GOFF, J. Reflexões sobre a História. Lisboa: Edições 70, 1982.

LE GOFF, J. História e Memória. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

LE GOFF, J. Conclusion de la journée du 28 novembre. In: NORA, P. Science et Conscience du Patrimoine: actes des Entretiens du Patrimoine. Paris: Fayard, Éditions du Patrimoine, 1997.

LOWENTHAL, D. The Past is a Foreign Country. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

MENEZES, U. B. de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: *Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania.* São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

MENEZES, U. B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. (Org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

MENEZES, U. B. de. Identidade coletiva e arqueologia. In: BOSI, A. *Cultura Brasileira: temas e situações*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2006.

NORA, P. Les Lieux de Mémoire. Paris: Gallimard, 1984. v. 1 - La République.

NORA, P. Science et Conscience du Patrimoine: actes des Entretiens du Patrimoine. Paris: Fayard, Éditions du Patrimoine, 1997.

POULOT, D. Alexandre Lenoir et les musées des Monuments français. In: NORA, P. Les Lieux de Mémoire – République, La Nation, Les Frances. Paris: Quarto, Gallimard, 1997.

POURQUOI se Souvenir? Paris: Grasset, 1999.

RICŒUR, P. La Mémoire, l'Histoire et l'Oubli. Paris: Seuil, 2000.

ROSSI, P. Il Passato, la Memoria, l'Oblio. Bologna: Il Mulino, 1991.

TODOROV, T. Les Abus de la Mémoire. Paris: Arléa, 1995.

YATES, F. L'Art de la Mémoire. Paris: Gallimard, 1975.

